



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

KALINE MENDES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL:
REDIRECIONANDO O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR
POSSIBILIDADES**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Janine Marta Coelho Rodrigues

JOÃO PESSOA - PB

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

KALINE MENDES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL:
REDIRECIONANDO O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, a título de obtenção de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Janine Marta Coelho Rodrigues

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M538e Mendes, Kaline.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL:
REDIRECIONANDO O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR
POSSIBILIDADES / Kaline Mendes. - João Pessoa, 2018.
45 f. : il.

Orientação: JANINE RODRIGUES.
TCC (Especialização) - UFPB/PEDAGOGIA.

1. EDUCAÇÃO ESPECIAL. TEORIA DA EDUCAÇÃO. FROEBEL. DE.
I. RODRIGUES, JANINE. II. Título.

UFPB/BC

KALINE MENDES

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL:
REDIRECIONANDO O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR
POSSIBILIDADES**

Avaliada e aprovada, em 06/11/2018

Janine Marta Coelho Rodrigues
Orientador: Prof. Dr. Janine Marta Coelho Rodrigues

Departamento de Metodologia da Educação – DME
Centro de Educação - CE - UFPB

Wilson Honorato Aragão
Examinador – Prof.^a Dr. Wilson Honorato Aragão

Departamento de Habilitações Pedagógicas – DHP
Centro de Educação - CE - UFPB

Isolda Ayres Viana Ramos

Examinador – Prof. Esp. Isolda Ayres Viana Ramos

Departamento de Metodologia da Educação – DME
Centro de Educação - CE – UFPB

JOÃO PESSOA - PB

2018

RESUMO

Desde a década de noventa vários países se comprometeram através de acordos e declarações com a questão da inclusão a fornecer aos indivíduos com deficiência, entre eles, com deficiência intelectual uma educação que lhes permitissem viver em sociedade. A maneira como ela acontece está intimamente relacionada à cultura e à política desenvolvida em cada local. Pautando-se nessa realidade elencamos o seguinte objetivo geral no trabalho: refletir sobre a inclusão a partir da contribuição do teórico da educação Froebel, com base na prática docente e estabelecendo pressupostos com a educação especial. Os objetivos específicos correspondem a retratar a educação especial como campo de direito; apresentar a teoria de Froebel; apontar a deficiência intelectual, especialmente o autismo analisando as barreiras e as possibilidades na práxis educacional tendo como suporte elementos da teoria de Froebel, e por fim discutir o resultado da pesquisa em campo a respeito desse teórico. Portanto, o estudo além de ser bibliográfico com levantamento dessa temática com caráter analítico e cunho qualitativo, também é de campo, pois conta com uma entrevista semi-estruturada de nove questões direcionada a duas pedagogas de uma escola municipal da cidade de João Pessoa que trabalham com autista. Para subsidiar o trabalho destacamos alguns teóricos, como: Rodrigues (2015); Freire (1996,2005); Silva (2012) bem como a consulta de documentos como a Declaração de Salamanca (1994); LDB (1996) e DSM (2013). Observamos que apesar da existência de aparato legal para inclusão do indivíduo com deficiência no sistema educacional o contexto vigente ainda enfrenta dificuldades e essa ocorre de forma lenta e gradual devido a diversos fatores, dentre eles, a precarização do ensino público e a desvalorização da formação e exercício docente. Por outro lado, a variedade de bases teóricas, entre elas a de Froebel, que englobam uma aprendizagem significativa e aplicável a criança com deficiência oferta um embasamento metodológico rico e promove a sementeação e frutificação do conhecimento através do fazer docente, contudo apesar de ser um dos principais teóricos da educação notamos que nos resultados as profissionais conhecem superficialmente, mesmo, fazendo o uso de elementos da sua teoria. Assim, é imprescindível o pedagogo/a se apropriar da fundamentação teórica para uma ação de ressignificação com a escola, para tanto a inclusão não ocorre apenas pela instauração de uma lei e num curto prazo. É necessário mudanças sistemáticas em toda estrutura organizacional do ensino, e isso também engloba aspectos bem maiores e complexos que envolvem as interações humanas. Apesar disso, como futura pedagoga buscando um comprometimento político pedagógico reconheço que existem ferramentas que estão ao nosso alcance como profissional, uma delas é prezar pela rigorosidade metódica e usufruir de bases teóricas como a de Froebel.

Palavras-chave: Educação Especial. Teoria da Educação. Froebel. Deficiência Intelectual. Inclusão.

ABSTRACT

Since the 1990s several countries have committed themselves through agreements and declarations on the issue of inclusion to be provided to individuals with disabilities, among them, with intellectual disability an education that allowed them to live in society. The way it happens is closely related to the culture and politics developed in each location. Based on this reality, we set out the following general objective in the work: to reflect inclusion from the contribution of Froebel education theorist, analyzing the teaching practice and establishing assumptions with special education. The specific objectives correspond to portraying special education as a field of law; to present Froebel's theory; to point out intellectual disability, especially autism, by analyzing the barriers and possibilities in the educational praxis, supported by elements of Froebel's theory, and finally to discuss the results of field research on this theoretical. Therefore, the study, besides being bibliographical with a survey of this subject with an analytical and qualitative character, is also a field, since it has a semi-structured interview of nine questions directed to two pedagogues of a municipal school in the city of João Pessoa that work with autistic. To support the work, we highlight some theorists, such as Rodrigues (2015); Freire (1996, 2005); Silva (2012) as well as the consultation of documents such as the Declaration of Salamanca (1994); LDB (1996) and DSM (2013). We observed that despite the existence of a legal apparatus to include individuals with disabilities in the educational system, the current context still faces difficulties and this occurs slowly and gradually due to several factors, among them, the precariousness of public education and the devaluation of education and exercise. On the other hand, the variety of theoretical bases, including that of Froebel, which encompasses meaningful and applicable learning for children with disabilities, offers a rich methodological foundation and promotes the sowing and fruiting of knowledge through teacher making. of the main education theorists we noticed that in the results the professionals know superficially, even making use of elements of their theory. Thus, it is imperative for the pedagogue to appropriate the theoretical foundation for an action of re-signification with the school, so the inclusion does not occur only by the establishment of a law and in the short term. Systematic changes are needed in every organizational structure of teaching, and this also encompasses much larger and more complex aspects involving human interactions. Nevertheless, as a future pedagogue seeking a pedagogical political commitment I recognize that there are tools that are available to us as a professional, one of which is to cherish methodical rigor and to use theoretical bases such as Froebel's.

Key words: Special Education. Theory of Education. Froebel. Intellectual Disability. Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

CNE/CEB- Conselho Educacional de Educação

DI- Deficiência Intelectual

DSM- Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

JP- João Pessoa

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

ONU- Organização das Nações Unidas

PAR- Plano de Ações Articuladas

SIGETEC- Sistema de Gestão de Investimentos em Tecnologia

TEA- Transtorno do Espectro Autista

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

Dedico com muito amor e orgulho esta monografia a minha querida mãe Maria José Mendes que está em todos os momentos ao meu lado. Kaline Mendes

AGRADECIMENTOS

Eu, Kaline Mendes graduanda em Pedagogia em primeiro lugar agradeço a Deus que é minha fortaleza, igualmente a minha mãe Maria José Mendes. Bem como, aos meus familiares, como a minha tia Rejane Rufino, minha avó Marlene Rufino, aos meus primos/as e amigos/as por todo apoio compartilhado. Por fim, agradeço a prof^o Dr^o Janine Martha Coelho Rodrigues por ter sido minha professora na área de aprofundamento em Educação Especial e minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que com todo seu empenho e profissionalismo humano reforça a questão da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional, tal como sou agradecida a todo corpo docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba que na minha formação inicial colaboraram para construção da minha identidade política, pois educar, e ousar até dizer que viver é um ato político compactuando do pensamento de Paulo Freire por quem tenho imensurável admiração.

*“Somos Seres Humanos só queremos a vida
mais linda não somos perfeitos ainda.”* (Seres
Humanos / Roberto Carlos / Compositor:
Roberto Carlos- Erasmo Carlos)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	13
2.1 Políticas de inclusão: Educação Especial e o ensino regular.....	13
2.2 Implantação da Sala de Atendimento Especial.....	16
2.3 Deficiência Intelectual: autismo e suas particularidades.....	19
2.4 Transtorno do espectro autista (TEA).....	21
3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL: REDIRECIONANDO O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR POSSIBILIDADES.....	24
3.1 Froebel e a sua teoria da educação.....	24
3.2 Froebel uma ponte para inclusão: a escola e o autista dois mundos singulares.....	26
4. PESQUISA EM CAMPO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ENTREVISTA....	30
4.1 As perspectivas das educadoras sobre educação especial e sua execução.....	30
4.2 Suas concepções de inclusão e deficiência intelectual (autismo).....	32
4.3 Quais fundamentos teóricos destacam ou utilizam em sua prática.....	33
4.4 Se conhecem ou utilizam a teoria de Froebel.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA.....	41
APÊNDICE B – INFORMARTIVO SOBRE FROEBEL.....	42

1. INTRODUÇÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, ressalta que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Tal como define, regras para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Diante disso, apresentamos uma reflexão acerca da Educação Especial, especificamente relativo aos alunos com deficiência intelectual que apresentam autismo estabelecendo pontes com a teoria de Froebel com o objetivo de pensar nas possibilidades de atuação pedagógica com esse público João Pessoa (JP). Assim, os objetivos específicos se pautaram em traçar o perfil da prática pedagógica na Educação Especial tendo como base a teoria de Froebel identificando quais fatores mobilizam o aluno com autismo para os estudos.

Através da nossa formação inicial e da área de aprofundamento em Educação Especial buscamos apresentar uma reflexão concernente a deficiência intelectual, especificamente o autismo e suas implicações na vida social e no campo educativo. Essa parte do estudo decorre dos seguintes questionamentos: O que é deficiência intelectual? Como os sujeitos desse grupo estão inseridos na sociedade? Em que medida os especialistas e profissionais da educação buscam meios para investir no desenvolvimento deles? Assim, pensar sobre as relações entre a deficiência e os meios de inclusão na educação e na sociedade utilizando como suporte o embasamento teórico de Froebel.

Diante dessa perspectiva o educador pode colaborar redirecionando o seu olhar a respeito das limitações na vida do educando, assumindo assim um papel de agente motivador através de atividades que valorizem o protagonismo dos alunos enxergando as diversas possibilidades por meio dos seus interesses que devem ser constantemente nutridos para que possa haver resultados.

A nossa afinidade com a temática investigada se deu por meio da identificação com a Educação Especial, advinda por meio de experiências na área de aprofundamento do curso de pedagogia. Desse modo, para subsidiar as discussões utilizamos os seguintes teóricos:

Rodrigues (2015); Freire (1996,2005); Silva (2012) bem como a consulta de documentos como a Declaração de Salamanca (1994); LDB (1996) e DSM (2013). A metodologia desse trabalho se configura como uma pesquisa em campo, segundo Gonsalves (2001, p.67), “A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre (...)”.

Desse modo realizamos inicialmente visitas na instituição de ensino pesquisada, uma escola da rede Municipal da cidade de João Pessoa - PB para o levantamento de possíveis participantes para entrevista, esse momento se deu a partir de indicações da gestora escolar onde ocorreu a pesquisa. Diante disso, agendamos as entrevistas que posteriormente foram realizadas. Buscando conhecer acerca de suas experiências pedagógicas com alunos com autismo se sucedeu uma coleta de informações por meio de uma entrevista semi-estruturada onde foram contempladas dez questões aplicadas a uma professora da sala regular e a uma psicopedagoga responsável pela sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Por conseguinte a organização do trabalho se deu em quatro capítulos. No primeiro, a apresentação dos objetivos e problema do trabalho. No segundo a caracterização das temáticas que envolvem o trabalho. No terceiro, abordamos a Educação Especial e os pressupostos da teoria de Froebel. No quarto apresentamos brevemente a caracterização da pesquisa em campo realizada na cidade de João Pessoa, bem como o perfil dos entrevistados, descrição e análise dos resultados e, por fim, apontamos as considerações finais do trabalho e os referenciais teóricos utilizado.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Nessa parte inicial do trabalho, apresentamos os fundamentos teóricos que nortearam a pesquisa. Eles foram organizados em três partes. Na primeira, apontamos a Educação Especial estacando o seu reconhecimento como campo de direito. Posteriormente discutimos sucintamente sobre a deficiência intelectual, especialmente o autismo, e por fim apresentamos a teoria de Froebel estabelecendo conexão com a educação especial.

2.1 Políticas de inclusão: Educação Especial e o ensino regular

Cada vez mais familiares, profissionais da saúde e educadores têm lutado contra restrições impostas as crianças com deficiência, porque o fato de apresentarem características específicas e um possível comprometimento intelectual não as exclui de serem pessoas com direitos. Como consta na Constituição Federal (1988) **Art. 5.** “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Dessa maneira podemos perceber no decorrer do tempo marcos legais em favor do direito das pessoas com deficiência. No campo educativo na década de 90 destacamos a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia que reuniu várias nações que se comprometeram em garantir a universalização do ensino, onde consta no seu artigo 7 “Fortalecer as Alianças - As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos.” (UNICEF 1990), reforçando essa ação dispomos da Declaração de Salamanca (1994) que defende:

A prática de desmarginalização de crianças portadoras de deficiência deveria ser parte integrante de planos nacionais que objetivem atingir educação para todos. Mesmo naqueles casos excepcionais em que crianças sejam colocadas em escolas especiais, a educação dela não precisa ser inteiramente segregada. Freqüência em regime não-integral nas escolas regulares deveria ser encorajada. (II. Linhas de Ação em Nível Nacional a Política e Organização)

Destarte, o incentivo a crianças com deficiência ao acesso no ensino regular na esfera mundial, contamos também com o documento brasileiro Lei Diretrizes e Base da Educação Nacional (LBD 1996) que no seu Art. 58. “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de

ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Assim, diante da negação desse direito a lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989, no artigo 8, Art. 8º “Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)” Relativo as matrículas o censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta no ano de 2015 na Paraíba no município de João Pessoa na rede de ensino público e privado os seguintes números da tabela abaixo:

Tabela 01- Número de matrículas

EDUCAÇÃO ESPECIAL (ALUNOS DE ESCOLAS ESPECIAIS, CLASSES ESPECIAIS E INCLUÍDOS)			
Educação Infantil			
Creche	Público 22.000	Privado 6.000	Total 28.000
Pré-Escola	Público 75.000	Privado 28.000	Total 103.000
Ensino Fundamental ¹			
Anos Iniciais	Público 988.000	Privado 111.000	Total 1.099
Anos Finais	Público 452.000	Privado 63.000	Total 515.000

Fonte: INEP 2015 Resultados Finais do Censo Escolar – JP

Conforme explícito na tabela podemos observar que no ano de 2015 o número de matrículas na educação infantil tanto no setor público quanto privado é superior ao ensino fundamental ¹, pois notamos o decréscimo no número total de matrículas nesse módulo em

ambas as redes. Isso evidencia a não continuidade ao processo de escolarização de crianças com deficiência, que ocorre na maioria das vezes devido as problemáticas relacionadas a permanência do estudante no ensino regular advindas de dificuldades como a falta de preparação dos profissionais da educação, carência de recursos, bem como em algumas situações os próprios familiares resistem a matriculá-los com receio dos preconceitos, por não vislumbrarem vantagens, ou até medo de perder algum benefício financeiro que recebem. Sobre inclusão escolar César (2003) discorre:

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um o permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social. (p.119).

O rompimento com a inclusão escolar acarreta na não permanência do aluno na sala de aula que é um local repleto de diversidade, mas que é tido como um local homogeneizador onde o aluno tem que se adaptar a cultura escolar e corresponder a padronização do ensino. Aquele que não se encaixa nessa perspectiva acaba sendo excluído e desmotivado a prosseguir. Portanto englobar a diversidade de fato no ensino requer uma preparação tanto da escola quanto da sociedade para romper preconceitos e oferecer condições reais de convivência e estímulos as especificidades de cada indivíduo.

Nesse sentido, vale destacar que o currículo escolar abrange as experiências de aprendizagens implementadas pelas instituições escolares e que deverão ser vivenciadas pelos estudantes. Nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino. A prática curricular distingue-se entre instituições de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico. A fragmentação do currículo é uma problemática que atinge todos os alunos em geral, e a criança com deficiência terá mais dificuldades de se apropriar de conhecimentos sem contextualização com a sua realidade. A respeito da dessa educação bancária Freire (1996) afirma:

Não é de estranhar, pois, que nessa visão ‘bancária’ da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quando mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele. (p. 68)

Freire em oposição a descontextualização do ensino defendia que o educador deve mediar a relação do aluno com o saber na escola considerando sua relação com o mundo, ele próprio e seus pares. Para tanto é preciso levar em conta a diversidade e a forma que cada aluno realiza a leitura do mundo, compreender como organizam suas atuações sociais e assim ir em busca de uma prática pedagógica significativa e construtiva de fato que mobilize o aluno e supere suas limitações.

Para tanto, levar em conta a singularidade de cada aluno seja deficiente ou não e investir em atividades diferenciadas requer mais esforço do professor, articular os componentes curriculares a uma prática mais dinâmica implica ter preparação, tempo, dedicação, recursos disponíveis e etc. Isso se constitui num grande desafio político pedagógico que concebe a escola não apenas como um lugar de reprodução, mas de contestação.

Assim, partindo desses pressupostos refletimos que o acesso e permanência no ensino é muito importante para o desenvolvimento de qualquer pessoa. Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida vão interferir diretamente na sua trajetória escolar e no seu desenvolvimento futuro. A entrada da criança com deficiência intelectual ou outras deficiências na educação básica costuma trazer resultados muito positivos, sobretudo se a instituição, familiares e a sociedade estiverem preparados para promover a inclusão. A legislação brasileira apresenta avanços importantes referente as leis que asseguram os direitos dos indivíduos com deficiência. Contudo, pela falta de conhecimento delas a população pode não fazer valer esses direitos, mas destacamos que a lei defende que qualquer forma de diferenciação, restrição ou exclusão baseada em uma deficiência é crime.

2. 2 Implantação da Sala de Atendimento Especial (AEE)

No contexto escolar do ensino regular para auxílio no atendimento das crianças com deficiência foi criado a Sala de Atendimento Especial (AEE). Para tanto o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial desenvolveu o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (2010) sobre os critérios para a Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, consta nesse documento:

Aos gestores dos sistemas de ensino cabe definir quanto à implantação das salas de recursos multifuncionais, o planejamento da oferta do AEE e a indicação das escolas a serem contempladas, conforme as demandas da rede, atendendo os seguintes critérios do Programa: A secretaria de educação a qual se vincula a escola deve ter elaborado o Plano de Ações Articuladas – PAR,

registrando as demandas do sistema de ensino com base no diagnóstico da realidade educacional; A escola indicada deve ser da rede pública de ensino regular, conforme registro no Censo Escolar MEC/INEP (escola comum) (...)

Após o processo de solicitação da sala de recurso as secretarias de educação assumem o compromisso com os objetivos do Programa e realizam no Sistema de Gestão Tecnológica (SIGETEC), como procedimentos referentes a adesão, cadastro e monitoramento deste espaço AEE ou sala de aula, mas deve compor diferentes cenários na escola, pois a aprendizagem se dá em diferentes contextos. Relativo ao atendimento segundo o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, determina as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, estabelecendo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Muitas vezes a sala de AEE é vista como “sala de reforço” ou até “escape” para aqueles alunos inquietos que a professora tem dificuldade de manter na sala de aula. A sala de AEE foi criada para casos específicos de atendimento destinadas para alunos deficientes que apresentam problemas biológicos e não para alunos com dificuldades de aprendizagem que podem ser superadas. Ademais a psicopedagoga responsável pela sala de AEE não pode ministrar aulas, mas oferecer um apoio para determinado assunto que o aluno deficiente apresente dificuldade de aprender.

Assim irá trabalhar com os conceitos básicos de determinado assunto que deve ser aprofundado na sala de aula com a professora do ensino regular. Além disso, trabalha assuntos diversos como autocuidados, raciocínio lógico, culturais e etc. É possível observar o quanto o contexto familiar interfere na formação do indivíduo, e quanto fatos como estes marcam a infância de uma criança.

Conhecer esta realidade, o aluno e respeitar a sua história pode indicar os caminhos para percorrer e ajudar a trabalhar suas emoções ressaltando que professor não é psicólogo, mas isto também interfere na sua prática pedagógica. É importante compreender como o aluno enxerga a sua própria história, pois assim é possível refletir como ele se coloca no mundo e promover

atividades que desenvolvam suas potencialidades, e amplie sua visão de mundo e conseqüentemente como ele pode se colocar diante da vida.

Sobre isto, Paulo Freire fala na assunção do sujeito que é o ato de assumir-se. É fascinante como o contato com o conhecimento favorece uma busca para construção da nossa identidade individual, coletiva, social e humana. Freire (1996) considera que o docente não deve se limitar ao ensinamento dos conteúdos, mas, sobretudo, ensinar a pensar, pois “pensar é não estarmos demasiado certos de nossas certezas”. (p. 28). Podemos refletir que esse ato de pensar como seres inconclusos nos permite nos colocarmos como sujeitos históricos, e desse modo buscamos compreender o mundo intervindo sobre ele.

O educador/a deve propiciar oportunidades para que o aluno possa ser ouvido, sendo requisitado a interpretar o que ouviu, instigando a sua curiosidade para tirar dúvidas e dividir experiências sobre o tema. Sobre isso Freire (96) destaca: "o educador que 'castra' a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica"(p.63)

Ter um olhar crítico é necessário ter conhecimento para investigar e alcançar possíveis soluções para determinada problemática. Tem muitos aspectos que podem ser observados no aluno deficiente ou com suspeita de alguma deficiência, contudo, a princípio é recomendável observar um aspecto até ir aperfeiçoando o olhar para minúcias do cotidiano escolar e desta forma ampliar a avaliação, pois tem comportamentos que são comuns a qualquer pessoa por exemplo, tem dias que podemos nos irritar, está mais agitados, ou calmos enfim, são oscilações emocionais que não são constantes, mas apresentamos em algum momento.

O registro faz parte da avaliação. Ele permite uma visão mais criteriosa sobre determinado aluno, permitindo assim a reflexão dos caminhos percorridos e possibilitando novos direcionamentos. O registro pode ser narrado ou descrito, pode conter fotos ou gravações de áudio pensando no suporte tecnológico que temos acesso nos dias de hoje, ou seja, é um documento que pode ser arquivado no papel impresso, manuscrito ou online em arquivos como o dropbox. Enfim, existem diferentes meios de registrar a vida escolar e o acompanhamento do aluno deficiente.

Entretanto, registrar não é uma tarefa fácil requer um olhar minucioso a deficiência dele e as suas especificidades como ser humano. Isso demanda tempo e estudo, pois não basta registrar é preciso avaliar o que registrou. Assim, na medida que vamos realizando este processo, ocorre uma apropriação do ato de registrar que amplia a capacidade de pensar e argumentar, logo surge formas de intervir na realidade do aluno com direcionamentos

específicos que atendam de fato suas carências ou reforce suas potencialidades com atividades que promovam o conflito cognitivo e contribuam para sua aprendizagem. O resultado pode demandar mais tempo, contudo é muito rico promover a inclusão e qualidade de vida na vida dos alunos

2.3 Deficiência Intelectual: autismo e suas particularidades

Na literatura a deficiência intelectual caracteriza-se por afetar o cognitivo (intelecto) e apresentar interferências comportamentais relativas a adaptação social, evidentes nas competências conceituais, sociais e práticas do indivíduo. Varia entre os graus leve, moderado e grave e se manifesta antes dos dez anos de idade. Existem alguns transtornos globais de desenvolvimento associados DI que podem causar limitações cognitivas, como o Autismo, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down entre outros.

Entre as causas da DI no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5 (2013), evidencia-se os fatores genéticos e fisiológicos, malformações encefálicas, doença materna (inclusive doença placentária) e influências ambientais, causas perinatais e pós-natais que incluem lesão isquêmica hipóxia, lesão cerebral traumática, infecções, doenças convulsivas (p. ex., espasmos infantis), privação social grave e crônica, síndromes metabólicas tóxicas e intoxicações (p. ex., chumbo, mercúrio) Ainda no DSM- 5 2013, p. 72, esta deficiência é descrita da seguinte forma:

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade.

Assim, percebemos que os indivíduos deste grupo têm o funcionamento intelectual inferior à média, com limitações consideráveis que podem afetar determinadas áreas da vida no seu cotidiano, como na comunicação, interação social, autocuidados, habilidades escolares, profissionais e etc. Ou seja, o deficiente Intelectual apresenta dificuldade para desenvolver-se e realizar atividades consideradas comuns para os demais.

O deficiente intelectual pode adotar um comportamento inapropriado para sua idade, isto é agir como se tivesse menos idade do que realmente tem. Com isso no decorrer da história foi estigmatizado com palavras pejorativas como “retardado”, “doido”, “burro” entre outras

expressões que acabam rotulando e criando preconceitos. O retardo mental já foi tido no senso comum como “um castigo” ou “possessão”, algo relacionado ao aspecto sobrenatural.

Com passar do tempo e o avanço na ciência a deficiência intelectual pôde ser diagnosticado e destinado para acompanhamentos especializados seja na saúde, ou educação onde deve receber direcionamentos que podem promover o seu desenvolvimento e melhorar a sua qualidade de vida.

De acordo com Almeida (2010), para diagnosticar a deficiência intelectual é necessário levar em conta dois aspectos como o funcionamento cognitivo ou intelectual concernente a capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido no mundo, bem como relativo ao funcionamento ou comportamento adaptativo que é uma competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere.

No senso comum quando falamos em autismo associamos logo a um indivíduo “preso” em seu próprio mundo fantasioso vivendo um verdadeiro “faz de conta” longe do mundo real. Ultrapassar este paradigma implica olhar além dos fatores biológicos desta deficiência e enxergar o ser humano por trás dela. Na literatura o autismo é caracterizado como um problema global do desenvolvimento infantil que aparece antes do três primeiros anos de vida e perpetua pelo resto da vida. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) revela que aproximadamente 70 milhões de pessoas têm autismo.

Na medicina ainda não se sabe, mas pode existir uma pré-disposição genética que pode dar origem ao surgimento de autismo como: fatores pré e peri-natais; potencial genético interferências do meio ambiente (ex: infecções virais; exposição a determinados componentes do ambiente; desequilíbrios metabólicos). De acordo com Rodrigues (2015), podemos observar as seguintes características na síndrome do autismo:

As características observadas (...) variam na forma de exteriorização dos desvios de relações interpessoais, linguagem, motricidade, percepção e patologias associadas ao distúrbio. A intensidade destes desvios, os estados mais determinantes, também é diversificada. As alterações do comportamento social são marcadas pela acentuada inaptidão de desenvolver relações com outras pessoas, pois os autistas preferem permanecer isolados do grupo social. (p. 21)

Assim, o que se sabe é que o autismo é derivado por anomalias nas estruturas e funções cerebrais diferenciando-se na intensidade e caracterizando-se a partir de sintomas que

interferem no desenvolvimento do indivíduo em distintas áreas como da socialização, tal como do comportamento e da comunicação do indivíduo.

2.4 Transtorno do espectro autista (TEA)

Em 2013 o DSM manual usado por médicos e pesquisadores para diagnosticar e classificar os transtornos mentais passou por alterações. O espectro autista antes dividido em categorias separadas, agora serão divididos em 3 níveis, com exceção Síndrome de Rett que vai se tornar uma entidade própria e deixará de ser parte do espectro do autismo. Vale destacar também que indivíduos com síndrome de Asperger, apesar de deixar de ser uma categoria do espectro autista, a comunidade pode querer continuar a usar este rótulo para se nomear, já que é um grupo bem estabelecido, e a mudança da nomenclatura pode ser inconveniente e incômodo. Pelo menos continuará a ser usada informalmente acreditam. Ainda de acordo com o DSM os atrasos de linguagem não faz mais parte do diagnóstico também.

Segundo Miranda (2013) embora a definição de autismo tenha passado por mudanças, as características principais da doença permanecem iguais. Uma vez que os indivíduos com todos os níveis de autismo apresentam muitas das mesmas características, porém se distinguem no grau ao qual elas se manifestam, os novos critérios DSM-V pode refletir melhor sobre o TEA, ao invés de um grupo de doenças distintas. Apesar disso, Rodrigues (2015) destaca: “Salientamos que cada criança, como qualquer outra criança, é mais ou menos desenvolvida de acordo com o meio, os estímulos e a atenção que recebe. Com o autista, isso não é diferente”. (p.26)

Na sociedade existem regras e costumes que regem o comportamento humano de acordo com cada política e cultura. Nas pessoas com TEA o comportamento foge os padrões e se desenvolve de um modo singular. Segundo os estudos nesta área e com Silva (2012), os autistas apresentam traços peculiares em três esferas, mas não precisamente o indivíduo apresenta todos eles. Algumas dessas características serão apresentadas na tabela² a seguir:

Comportamentais	Interação social	Comunicação
<p>Movimentos repetitivos como caminhar de um lado para outro, balançar partes do corpo como as mãos, agitar, cruzar os dedos, fazer caretas e etc;</p> <p>Manias como ordenar objetos empilhando ou alinhando, não busca realizar atividades distintas;</p> <p>Desejo repetido e exacerbado em cumprir rotinas;</p> <p>Dificuldades na concentração consequentemente na aprendizagem;</p> <p>Sensibilidade no sistema sensório motor, a critério de exemplo podem apresentar estranheza as diferentes texturas como o áspero, macio duro, mole e etc Sons altos podem irritar o autista bem como simples toques como de cumprimento pode causar irritabilidade.</p>	<p>O isolamento é uma característica marcante decorrente da falta de interesse na interação social;</p> <p>Podem não fazer contato visual;</p> <p>Dificuldade de estabelecer vínculos com estranhos e dividir atividades.</p>	<p>Dificuldades na comunicação mesmo sem apresentar atraso mental, pois é consequente da falta de interação com outras pessoas;</p> <p>Falar sem exprimir emoções, ou expressar repetidamente frases ou palavras (inclusive de filmes/desenhos/músicas do seu interesse aspecto denominado como ecolalia);</p> <p>Dificuldades para falar de acontecimentos passados;</p> <p>Algumas ou nenhuma curiosidade sobre fatos sociais.</p>

Fonte: Autoria própria

De acordo com a Associação Americana de Psiquiatria DSM-V, os padrões para o diagnóstico do autismo mudaram por várias razões. Já que todos os indivíduos com transtornos do espectro autista exibem alguns dos comportamentos típicos, assim é mais adequado reconfigurar o diagnóstico por níveis gravidade do que ter rótulos separados.

Por exemplo, no senso comum geralmente só era considerado autista a criança que apresentava sintomas clássicos dessa deficiência. Assim, quando conhecemos os diferentes níveis de acometimento e funcionamento autístico podemos ir em busca de especialistas que

agem e acordo com as especificidades e variação de nível do autismo, anulando assim um prejuízo em outras áreas da vida da criança com um possível diagnóstico errado.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E A CONTRIBUIÇÃO DE FROEBEL: REDIRECIONAR O OLHAR DAS LIMITAÇÕES PARA SEMEAR POSSIBILIDADES

Através da nossa formação inicial e da área de aprofundamento em Educação Especial buscamos apresentar uma reflexão concernente a deficiência intelectual, especificamente o autismo e suas implicações na vida social e no campo educativo. Essa parte do estudo decorre do seguinte questionamento: qual as características da teoria de Froebel? Quais suas contribuições para educação? Assim, pensar sobre as relações entre a deficiência e os meios de inclusão na educação utilizando como suporte o embasamento teórico de Froebel.

3.1 Froebel e a sua teoria da educação

Friedrich Froebel (1782-1852), foi um dos mais renomados educadores. Teórico da Educação construiu um grande legado na história da Pedagogia num âmbito global, pois ajudou a valorizar o movimento do reconhecimento da infância que ocorreu o séculos XVIII e XIX, como aponta Brandão, Paschoal (2009):” Foi preciso uma longa caminhada histórica para que as crianças fossem percebidas na plenitude e na forma de ser e estar no mundo.” (p.37). Na medida em que a criança foi deixando de ser vista como um mini adulto e passou a ser percebida como um indivíduo com particularidades foram pensadas então atitudes procedimentais com relação a ela, como por exemplo, o tipo de alimentação adequada para o seu crescimento e a educação que estava recebendo com a finalidade de ampliar o seu nível de participação na vida coletiva.

Nascido na Alemanha e filho de um pastor protestante, Froebel viveu uma infância livre, onde explorava ambientes abertos como as florestas circunvizinhas a sua casa. Ainda enquanto criança se empenhou em estudar conhecimentos matemáticos e linguísticos, mais tarde cursou de modo informal alguns componentes curriculares na Instituição de Jena, que o designou professor. No seu exercício pode visitar a escola do Educador também consagrado Pestalozzi.

Os estudos voltados para a infância mostravam a necessidade de ter um olhar diferenciado para este grupo que demonstrava ter características próprias. Com isso, os pais começam a se preocupar com a educação e desenvolvimento de seus filhos/as passando a dar-lhes mais atenção. Assim, Froebel considerou o início da infância a fase mais relevante como afirma Rodrigues e Simões (2015):

(...) Dedicou-se a pensar sobre a prática escolar. (...) Acreditava que o ensino precisava estabelecer treinamento de habilidades por meio de brinquedos e brincadeiras, para que as crianças pudessem exteriorizar o que ocorria no seu

interior. Por outro lado poderiam interiorizar as vivencias do mundo externo.
(91)

Então, através dessas experiências e empenhado em fazer algo para as crianças investiu na carreira de professor e fundou o primeiro jardim de infância no seu país de origem, mesmo tendo que se mudar por um tempo devido a guerra alemã, o jardim de infância se espalhou por outros países, tal como culminou na criação de ideias e métodos compartilhados até os dias de hoje.

Além disso, Froebel explorou o processo de ensino aprendizagem aliado a prática, pois seu método não se limitava ao desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, mas englobava a possibilidade de através desses instrumentos habilitar o aluno a explorar o mundo em sua volta partindo dos seus interesses. Sobre isso Rodrigues e Simões (2015) discorrem: “O jogo foi um grande instrumento utilizado Froebel, o que juntamente com os brinquedos serviriam para mediar o autoconhecimento e exteriorizar e interiorizar a essência divina que ele acreditava existir na criança”. (p.100)

Para realizar o seu trabalho dedicou-se em criar brinquedos como, esferas, cubos e círculos entre outros que tinham a finalidade de enriquecer o aprendizado promover a criatividade. Esses objetos eram compostos por materiais adequados as mãos ágeis, mas ao mesmo tempo frágeis das crianças, sendo macios e fáceis de manipular contendo partes de encaixe e desmontáveis. Outro ponto forte na sua prática pedagógica era as brincadeiras seguidas de canções, rimas e danças.

Froebel denominava os objetos educativos de “dons” ou “presentes” e existia regras a serem seguidas para poder usá-los, isso aliava o saber pedagógico a brincadeira, pois a criança aprendia através do lúdico e da sua espontaneidade. As crianças além de manusear tais objetos eram estimuladas a criar, Froebel acreditava que elas como seres não corrompidos pelos males sociedade deveriam estar em sintonia com a família e Deus, criador do universo em que acreditava, além de se acostumarem com o trabalho como fonte de inspiração divina.

Portanto, é possível elencar que a teoria de Froebel fomenta valores e objetivos fundamentais na pedagogia. A educação infantil é uma das partes mais importante de todo processo educativo. Muitos pesquisadores afirmam que os estímulos que uma criança recebe nas fases iniciais da vida vão afetar diretamente no seu percurso escolar e no seu desenvolvimento futuro.

Uma abordagem pautada na teoria de Froebel é muito gostosa tanto para quem ministra, quanto para as crianças. Porém, é trabalhosa para planejar, mas, a satisfação de ver a criança aprendendo através do lúdico é fascinante. Essa intervenção através da prática e com auxílio de brinquedos educativos possibilitam a criança interagir com objeto de aprendizagem estimulando o desenvolvimento do sujeito criativo, pois possibilita a vivência de novas formas de observar o mundo e, com isso, se relacionar com ele.

3.2 Froebel uma ponte para inclusão: a escola e o autista dois mundos singulares

Somos sociáveis. A socialização ocorre primeiramente no seio familiar, posteriormente em outros âmbitos sociais como na Escola. Através dela aprendemos as regras, comportamentos e costumes que regem a vida em sociedade. A entrada na Escola é algo significativo na vida e socialização da criança é a preparação para ser incluso na sociedade. O autismo ou TEA nem sempre é perceptível no ambiente familiar ou até é confundido apenas como um indivíduo introspectivo. A criança tem os pais e os responsáveis sempre ao seu redor para auxiliar quando é preciso, já na escola é o momento de “se virar sozinha” e mostrar suas aptidões de convivência em grupo.

As exigências curriculares cada vez mais cobra diferentes habilidades cognitivas da criança, porém a escola deve também investir no desenvolvimento social e humano de modo que ela aprenda a construir relações de respeito mútuo e se divirta ao mesmo tempo em que aprende. É nesta hora que aparece a diferença comportamental entre o autista e os demais evidente no cotidiano escolar. O desenvolvimento escolar na criança autista varia de acordo com o nível de acometimento que a doença se manifesta.

Uma das contribuições de Froebel é concernente aos jogos educativos, sobre isso Rodrigues e Simões (2015) afirmam: “Sua pedagogia até esforços intelectuais excessivos” (p.104). Assim, a importância de investir em ludicidade a partir dos jogos, temos como exemplo o dominó de associação de ideias. Neste jogo a associação será realizada com as ligações de ideias podendo envolver assuntos diversos. Ademais, trabalhar a associação de ideias permite o indivíduo realizar pontes com os significados já atribuídos a figuras, personagens, objetos em fim situações que já teve a oportunidade de fazer conexões de aprendizagem.

Quando o professor se depara com uma criança autista em sala de aula ele pode se sentir perdido e sem saber o que fazer. É fundamental reunir todos os profissionais da escola que

acompanham esta criança e juntas com o familiar mapear o comportamento e pensar juntas estratégias práticas para intervir e integrá-la na sala de aula.

A distância entre a teoria e a prática pode resultar em tentativas que falham e frustrar o professor que pode se julgar incompetente para lidar com o autista e conciliar a sua prática pedagógica direcionada a ele e os demais alunos. Porém vale ressaltar que o professor não tem o papel de diagnosticar o autismo, mas deve ter um olhar atento e perceptível as dificuldades que a criança pode apresentar no cotidiano escolar e compartilhá-las com os pais ou responsável para assim ir em busca de profissionais especializados para buscar caminhos para desenvolver suas habilidades.

A partir disso o professor deve buscar informações para compreender sobre o funcionamento autístico e cooperar para o desenvolvimento do aluno. É necessário estabelecer uma relação de paciência e confiança mútua para facilitar a sua inserção de modo harmônico no ambiente escolar. Após conhecer as especificidades do nível autístico que acomete o aluno existe várias recomendações que o professor pode adotar.

Como por exemplo, investir em jogos e brincadeiras lúdicas, mesmo que seja difícil inserir ou manter a criança nela, mas tudo sem imposição para isso conhecer os interesses do autista e englobar nos jogos e brincadeiras. Englobar toda turma num trabalho cooperativo em prol do colega tudo isso Froebel já apontava anos atrás a importância no desenvolvimento cognitivo e físico da criança.

Nas dificuldades de concentração para estabelecer diálogo especialistas recomendam que o professor se coloque a altura da criança, mantenha contato visual. Realize indagações de forma clara e objetiva, utilizando uma linguagem simples. A utilização de materiais visuais concretos nas explicações através de associações podem possibilitar a criança assimilar a aprendizagem e até a linguagem. A critério de exemplo algumas podem se comunicar por meio de objetos. Está com sede pega o copo, ou quer ir ao banheiro pega o papel, a partir disso investir no desenvolvimento dela para adquirir novas habilidades. Tudo isso Froebel já apontava anos atrás a importância no desenvolvimento cognitivo e físico da criança.

No tocante ao processo de alfabetização recordo-me do relato da minha orientadora Prof^o Dr^o Janine enquanto responsável pelo componente de Teoria I e no curso de Pedagogia que em uma de suas experiências profissionais conheceu um garoto autista que em de seus atendimentos de forma despretensiosa descobriu o seu gosto por carros amarelos através de uma imagem numa revista. A partir disso, ela foi trabalhando com ele a letra da música “camaro amarelo” que fala justamente sobre um carro amarelo. Portanto é importante ir de encontro com

aquilo que motiva o autista e pensar através deles nas possibilidades de ativar a aprendizagem de forma prazerosa, sem imposições e cobranças. Já que criar um repertório de palavras, distinção de letras e sílabas é desafiador, entretanto é instigante e significativo tirar da marginalização este grupo de crianças.

Outra importante contribuição sobre autismo é do fonoaudiólogo com amplo conhecimento sobre espectro autista, Miguel Higuera Cancino especialista em autismo há 30 anos, publicou seu livro: *Mi hijo no habla*, onde compartilha experiências com seu filho autista e contém 13 dicas. Algumas delas são:

- Pedir às famílias um relatório dos interesses, preferências e coisas que causam desagrado a cada criança; Utilizar preferências e materiais de agrado para a criança na aula o no pátio para estabelecer um vínculo com a escola e as pessoas do ambiente escolar; Falar pouco, somente as palavras mais importantes; Utilizar gestos simples e imagens para apoiar o que é falado e permitir a compreensão (os autistas são mais visuais que verbais); Em casos de birra, é importante ter algum conhecimento de técnicas de modificação de conduta (time out, desvio de atenção, etc.), mas a primeira dica é não se apavorar, tentar oferecer outros objetos e, no caso de não conseguir acalmar a criança, explicar à turma o que está acontecendo e desenvolver atividade com o grupo em outro lugar e dar a possibilidade da criança com TEA de se acalmar.

Para o estímulo visual recomenda-se:

- Utilizar celular; Brincar de pique e pega depois trocar a vez;
- Brincar em frente ao espelho; Usar Lanternas, brincar com luzes brilhantes;
- Pendurar papel colorido na frente das janelas; Use louça de alumínio; Faça bolhas de sabão; Peça para criança encontrar objetos em um recipiente com arroz, areia, etc

Fonte: <<http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/aee---atendimento-educacional-espec-autismolei-127642012-e-nota-teacutecnica-nordf-242013mecsecadidpee.html>>

Podemos observar na literatura que temos a existência de um vasto apoio teórico com recomendações para o trabalho pedagógico com o indivíduo com autismo, vale ressaltar também que muitos estudiosos já comprovaram que o estado emocional da criança interfere no processo de ensino-aprendizagem. Os gestos podem expressar cuidado, atenção, respeito, afeto e etc. Nós falamos também através do corpo, dos gestos e olhares. Um gesto aparentemente insignificante pode valer como uma força formadora, positivamente ou negativamente. O

professor é referência de seus alunos. Quando você educa você cuida. Há um envolvimento o professor não lida com objetos, mas com seres humanos que possuem sentimentos. Muitas vezes a escola é o único local onde as crianças encontram alguém que as ouçam e acolham.

O professor que procura conhecer seu aluno e saber como ele vai, está demonstrando cuidado, ao ensinar sem agredir ou discriminar a diversidade cultural, biológica, religiosa e étnica está demonstrando cuidado, ao chamar o aluno pelo nome está demonstrando cuidado, ao ensinar incluindo diferentes metodologias que englobem as distintas habilidades e ritmos numa turma mostra que se importa com cada aluno! Assim, realizar uma prática em que o aluno se sente importante e se assume como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, pois, o professor o conhece, o educa e cuida. Portanto, é notável a imensurável contribuição de Froebel como ponte para inclusão de crianças com autismo visto a riqueza de sua obra.

4. PESQUISA EM CAMPO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ENTREVISTA

Na pesquisa em campo pudemos coletar informações relevantes para subsidiar o trabalho e refletir a práxis docente na educação especial a partir de fundamentos teóricos de Froebel. Assim o estudo contou com uma entrevista semiestruturada contendo nove questões aplicadas as pedagogas da Sala de AEE e da Sala Regular 3º ano de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de João Pessoa. As respectivas responsáveis pelos ambientes educativos que serão identificadas apenas pelas nomenclatura 1 -AEE e 2- Sala Regular e para manter o sigilo da pesquisa. Em consonância com nossos objetivos realizamos a análise tendo como base os seguintes elementos:

- As perspectivas das educadoras sobre educação especial e sua execução;
- Suas concepções de inclusão e deficiência intelectual (autismo);
- Quais fundamentos teóricos destacam ou utilizam em sua prática;
- Se conhecem ou utilizam a teoria de Froebel.

Portanto através da aplicação de uma entrevista semiestruturada buscamos coletar por meio de nove (09) questões as informações necessárias para traçar o perfil das educadoras extraíndo esses elementos, possibilitando assim, a participação destas por meio de suas narrativas e valorizando suas impressões pessoais descritas a seguir a respeito do assunto investigado.

4.1 As perspectivas das educadoras sobre educação especial e sua execução

Pensando sobre o posicionamento das pedagogas envolvendo esses aspectos foi questionando os seguintes pontos:

- Formação, o que fez optar por essa opção/Condições de trabalho/Concepção de Educação Especial e sobre a sala de AEE.

1 - (Sala de AEE): “Pedagogia. Tenho o curso de magistério e já ensinei por mais de dez anos, tenho uma filha que tem perda auditiva e a partir daí fui me interessando por esta área. A possibilidade de atuar na área educacional especificamente com alunos deficientes me motivou a investir na especialização par ao atendimento na sala de AEE. Nós podemos contribuir através de intervenções pedagógicas específicas para ajudar a estimular o desenvolvimento do deficiente no espaço escolar, para tanto é necessário uma parceria com a pedagoga da sala de aula e com todos que fazem parte da escola, quanto com os familiares e profissionais habilitados para clinicar.

Faço o acompanhamento numa sala de estrutura pequena, porém procurei deixá-la o mais aconchegante possível. Para isso investi numa decoração alegre com materiais educativos como o alfabeto móvel, numerais e etc. No ano passado fui contemplada com uma capacitação em braile, ademais tem a formação continuada ofertada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa que ocorre. Participo de palestras com doutores em educação especial e estou estudando mais sobre a microcefalia, pois daqui a pouco tempo as crianças que tem a doença devido ao Zycá vírus estarão nas escolas. A formação continuada é fundamental, porque nós que precisamos estar preparados para receber a criança deficiente e não ela que tem que se preparar para entrar na escola.

O atendimento na sala de AEE ocorre da segunda-feira a quinta-feira nos turnos da manhã e tarde. Dura em torno de 40 minutos, onde também fazemos atividades na sala do Laboratório de Informática. A preparação do material utilizado se dá antes do atendimento, ficam guardados na sala e de acordo com o assunto que vou trabalhar faço a seleção. O espaço da sala de AEE é pequeno, penso, quando a demanda de alunos aumentar como isso vai dificultar o atendimento coletivo, ademais o único computador da sala não funciona e acerca de um ano solicito outro. Quanto a questão salarial sou contratada”

2- (Sala Regular): “Pedagogia. Com especialização em Educação Especial e AEE. A minha preferência por essa área foi um estágio na APAE através do curso na universidade. Sobre as condições de trabalho, bem, acho que em relação a sala de aula o número de alunos é um problemática, pois não posso dar real atenção a todos individualmente e em relação aos alunos deficientes acredito que tanto eu como outras professoras da escola não estamos preparadas para ensinar a eles. Penso sobre a educação especial que os alunos não precisam ficar presos em casa como antigamente, eu reconheço que são humanos e merecem desfrutar a vida, mas em relação a escola e sala de AEE ela precisa melhorar muito.”

Através dessas questões introdutórias a entrevista é possível notar que as diferenças na falas das profissionais 1- Sala AEE e 2 Sala Regular que evidenciam como educadores no mesmo espaço acabam tendo condições e percepções de trabalho distintas. Observamos a Pedagoga 1 mais informada, e até com melhores condições de trabalho, já que seu atendimento é individualizado destinado a três autistas, comparado com a pedagoga 2 que

tem que ministrar aulas para mais de trinta alunos incluindo um aluno autista que faz parte do 3º ano.

Ambas possuem especialização na área de Educação Especial, sendo um fator positivo já que a professora da sala regular não tem a obrigatoriedade de possuir diferente da educadora da sala de AEE. Compartilham a importância da existência da educação especial, porém a pedagoga 2 apesar da formação ainda não se sente preparada para atender alunos com deficiência, em especial o autismo devido a precarização das condições trabalhistas.

Entretanto devemos romper com o discurso da precarização do ensino, apesar de real e complexo devemos lutar contra o sistema e exigir nossos direitos já que escolhemos a educação como profissão. O homem constrói sua identidade social ao longo de uma vida e sempre está em busca da realização pessoal. Diante disso segundo o autor Charlot (2013), não existe natureza humana, mas condição humana que nos permite ser educados. Quando um professor faz um diagnóstico de um aluno atribuindo determinada carência a natureza humana ou até as condições de trabalho não permite a investigação real dos fatos e a análise do seu próprio trabalho, portanto segundo Charlot isso desumaniza o aluno já que nega o princípio da educabilidade e a oportunidade de acabar com um diagnóstico fatalista.

4.2 Suas concepções de inclusão e deficiência intelectual (autismo)

Nessa parte do estudo foi investigado as colocações das pedagogas sobre a inclusão do aluno com autismo tendo como base os seguintes pontos.

- Percepção do aluno com autismo na sala de aula regular e relação família.

1 – **(Sala AEE)**: “Ainda tem muito que avançar. Se tivéssemos mais condições materiais e um trabalho em conjunto com profissionais especializados uma parceria mais efetiva com o pedagogo da sala de aula acredito que poderíamos fazer muito mais em favor do aluno com autismo. Muitas vezes a sala de AEE é confundida com um reforço escolar, mas é um local específico de aprimorar habilidades distintas além da leitura e escrita.

O acesso aos pais dos alunos deficientes também nem sempre é amigável. Principalmente para aquele que ainda não tem um laudo médico, com diagnóstico da deficiência. Já passei mais de um ano tentando convencer pais a levar o filho para FUNAD que é referência para fazer uma avaliação. Certa vez liguei para um deles e escutei “essa

professora chata abusando de novo!” Isso ocorre muito por causa do preconceito que existe, assim os pais afirmam meu filho não é doido!

Apesar disso, não desisti e busquei meios e palavras amigáveis para convencer os pais a levar a criança para o procedimento avaliativo com profissionais especialistas. Enfatizo que ele vai ter um atendimento médico além do psiquiátrico, mas acesso a dentista, fonoaudiólogo, nutricionista entre outros que podem ajudar a melhorar a qualidade de vida da criança ou adolescente.”

2- **(Sala Regular):**” A escola não está preparada ainda, falta estrutura. Fico sem saber o que fazer é muito difícil no dia a dia lidar com os alunos deficientes junto com os demais, eles não conseguem acompanhar os demais e precisam de uma atenção maior para serem realmente incluídos. Minha relação com os responsáveis do meu aluno com autismo é boa. Eles sabem que faço o que posso e que o amor que tenho pelo demais aluno é o mesmo com ele.”

Essas questões me forneceram informações básicas do contexto escolar e familiar do aluno com autismo. Analisar a questão da Inclusão de alunos deficientes no sistema público de Ensino Escolar e na sociedade nos revela que ainda é uma tarefa desafiadora e que necessita ser revista. Para tanto, levar em conta a singularidade de cada aluno seja deficiente ou não e investir em atividades diferenciadas requer também mais esforço do professor. Articular os componentes curriculares a uma prática mais dinâmica implica ter preparação, tempo, dedicação, recursos disponíveis e etc. Isso se constitui num grande desafio político pedagógico que concebe a escola não apenas como um lugar de reprodução, mas de contestação.

4.3 Quais fundamentos teóricos destacam ou utilizam em sua prática

A fim de inferir aspectos procedimentais em suas práticas pedagógicas foi questionado sobre elementos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

- Qual embasamento utilizado em sua prática, destaque de algum teórico e planejamento.

1- **(Sala AEE):**” Particularmente gosto muito de Paulo Freire. Sobre o planejamento na sexta-feira realizo avaliações das atividades, bem como elaboração dos planejamentos semanais. Busco estar em contato com a pedagoga para assim pensar em possibilidades que possam além de ir de encontro com a necessidade do

aluno. O atendimento é prioritariamente individual, mas quando realizo oficinas faço coletivamente e inclusive na sala de aula deles para envolver os demais alunos.”

2- **(Sala Regular)**: “Gosto de uma prática dialógica com os alunos, eu vou investigando mesmo na prática suas necessidades e a partir disso vou trabalhando. Sobre o planejamento eu passo para pedagoga da sala de AEE as dificuldades do meu aluno autista para auxiliar o trabalho dela, mas planejamento coletivo só tem quando há uma atividade diferenciada como datas comemorativas.”

É perceptível a falta de conexão entre as pedagogas 1 e 2 no planejamento coletivo, acontecendo apenas em alguns momentos dando assim a impressão de um trabalho fragmentado. Já sobre o embasamento teórico, a pedagoga 1 citou o popular Paulo Freire, e a 2 não evidenciou em sua fala. Acredito sim que precisamos de políticas públicas que realmente funcionem para mudar a situação caótica da educação, mas também acredito que temos que de alguma forma tentar mudar alguma coisa que esteja ao nosso alcance, por exemplo, a educação especial é muito menosprezada até por alguns docentes, quando não deveria ser por que a educação é um direito assegurado e importantíssima para criança, como muitos estudiosos da área já apontaram.

Unir propósitos é fundamental, isso também depende da gestão da escola, e de como esses profissionais estão motivados e comprometidos com a política pedagógica. Concernente a isso (Freire, 1996) aponta: "gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam." (p.151) É fascinante como o contato com o conhecimento favorece uma busca para construção da nossa identidade social e humana. Segundo Paulo Freire, é necessário assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos, pois se assume como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

4.4 Se conhecem ou utilizam a teoria de Froebel

Por fim, tendo Froebel como um dos pontos centrais do estudo se fez necessário indagar sobre a sua obra.

- Teoria de Froebel e pressupostos com o autismo.

1- **(Sala AEE):** “Sim, Froebel foi um dos primeiros teóricos que estudei no curso e recordo-me bem que ele inventou o jardim de infância. O que me cativou na sua obra também foi sua relação com Deus, isso aproxima a família e a escola no meu ponto de vista, pois cultivava valores primordiais ao ser humano como o amor ao próximo e a natureza. Com certeza utilizo de elementos da sua teoria, principalmente os jogos educativos, pois recebemos um material da prefeitura que nos permite descobrir habilidades que podem ser estimuladas e contribuir para oferecer nem que seja o mínimo possível de qualidade de vida para os alunos com autismo. O processo de desenvolvimento deles é lento e gradual, mas vale a pena investir principalmente através do lúdico. Gosto muito também de falar do amor de Deus, e utilizar músicas do segmento gospel em alguns momentos já que a gestão da escola permite.

2- **(Sala Regular):** “Sinceramente por nome não me recordo no momento! Mas se me falar algumas características de sua pedagogia posso comentar.” (Após uma explicação sucinta sobre Froebel) a pedagoga 2 continuou “Acho os jogos importante, mas muitas vezes os alunos acham que é só para brincar, com isso a atividade perde o sentido se não conduzirmos direito. E com meu aluno com autismo é o que mais utilizo alguns jogos, principalmente o de baralho de animais, onde ele tem que achar os pares correspondentes ele gosta demais por que tem o desenho de um dinossauro.”

Desse modo, a pedagoga 1 elencou alguns elementos da teoria de Froebel e sua utilização, enquanto a pedagoga 2 teve mais dificuldades de recordar sua obra, e depois expressou utilizá-la poucas vezes com os alunos em geral e no caso do aluno com autismo evidenciou utilizar, e no tocante o gosto específico pelo baralho com desenho de dinossauros pode ser explorado e criar pontes para diferentes conhecimentos.

Por conseguinte, o lúdico ainda é visto apenas como algo direcionado para crianças menores e sem uma função educativa explícita, ou seja, é apenas algo para entreter a criança. Como afirma Dias Campo (2015) “Assim, o brincar se apresenta muito mais como uma estratégia de “tornar” o 1º ano menos cansativo do que o reconhecimento dessa linguagem no desenvolvimento e na aprendizagem humana.” (P.646) Porém, oposto a esse pensamento o brincar pode ter um grande valor formativo como Froebel já apontava, pois um ambiente lúdico envolve uma aprendizagem mais prazerosa e coloca o aluno como protagonista, especialmente o aluno com autismo.

Podemos concluir que a partir dessas entrevistas pude perceber que a pedagoga 1 (Sala AEE) tem uma visão mais ampla em relação a inclusão e ao desenvolvimento escolar e pedagógico do aluno com autismo, no entanto a pedagoga 2 (Sala Regular) nos seus posicionamentos pude observar que a problemática do deficiente em sala de aula é atribuída apenas a escola, e a falta de preparo. Vale ressaltar que essa percepção que obtive é sucinta e adquirida em curto prazo, mas em geral esta é realidade das escolas que tentam homogeneizar o ensino e não leva em conta nem as diferenças dos alunos ditos normais. Assim, lidar com o deficiente é emblemático, pois ele não se adequa a padronização e exige um trabalho mais minucioso.

Conhecer as teorias da educação, nesse caso a de Froebel é fundamental, visto que é através do embasamento teórico que realizamos uma práxis priorizando a rigorosidade metódica frisada por Paulo Freire. No tocante a esse assunto Rodrigues e Simões (20015) afirmam: “A importância do conhecimento das teorias dos pensadores clássicos da educação para formação docente se revela em duplo sentido, conhecer a teoria do autor, por um lado, e por outro, fazer paralelos com a realidade vivenciada no chão da escola e nos intramuros das universidades brasileiras.” (p.102)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo podemos refletir sobre algumas especificidades do TEA. Observamos que o contato social é prejudicado, não pelo simples fato de desinteresse, mas como afirma Souza 2012 por que os autistas não sabem ou não aprenderam a manter vínculos. A inexistência de prazer no convívio social se dá pelo fato de serem extremamente sensíveis ao contato interpessoal, que parece-lhes ser algo ameaçador, assim se isolam, se “protegem” em seus mundos singulares.

O fato é que o autista não decide se isolar, mas a falta de habilidades de interação social as coloca longe das outras. Geralmente ele tem bom contato com familiares e pessoas próximas que compreendem as especificidades do nível de acometimento do TEA e conseqüentemente suprem suas necessidades, já nas relações externas ela evita aproximações, devido à restrição de repertório de interesses que elas apresentam, entre outras características do funcionamento autístico.

Logo é fundamental como futuras profissionais da educação em formação inicial estar atentas a estas questões que podem ser presentes no nosso trabalho estando consciente do nosso papel político pedagógico e comprometimento ético profissional em prol de todos os alunos seja ele com deficiência ou não. Unificar o mundo “em pedaços” do autista com o mundo global na sua totalidade é ajudar a montar o quebra-cabeça de do mundo singular do autista. Vários estudos apontam que a memória escassa varia de acordo com o acometimento da deficiência, bem como dos estímulos que o indivíduo recebe.

Assim a “inclusão” é fragilizada no nosso sistema educacional. A inclusão não ocorre apenas pela instauração de uma lei e num curto prazo. É necessário mudanças sistemáticas em toda estrutura organizacional do ensino, e isso também engloba aspectos bem maiores e complexos que envolvem as interações humanas. Apesar disto, como futura pedagoga buscando um comprometimento político pedagógico reconheço que existem ferramentas que estão ao nosso alcance como profissional, tal como a adoção de uma postura humana consciente que qualquer pessoa deve ser respeitada na sua integridade e particularidade.

Vale ressaltar também que é fundamental conhecer e compreender o contexto familiar da criança, pois nem sempre existe uma aceitação de imediato. Sabemos que os pais idealizam o filho/a de uma forma, e isso me lembrou uma canção de Chico Buarque: “É comum a gente sonhar, eu sei, quando vem o entardecer, pois eu também dei de sonhar um sonho lindo de morrer. Vejo um berço e nele eu me debruçar com o pranto a me correr. E assim chorando

acalantar o filho que eu quero ter. Dorme, meu pequenininho, dorme que a noite já vem.” (O Filho Que Eu Quero Ter Compositor: Toquinho/ Vinicius De Moraes).

Portanto, a escola precisa fortalecer uma aproximação com a família e mostrar que pode contribuir juntamente com ela para o desenvolvimento da criança com deficiência. Assim, um dos papéis da educação é desconstruir o preconceito e o medo de lidar com o indivíduo com deficiência, pois este é um dos primeiros passos para buscar subsídios e direcionar o olhar da limitação para as possibilidades para isso podemos contar com a contribuição de Froebel como um dos elementos nessa caminhada. Uma rotina que não possibilita grandes novidades e desafios para o desenvolvimento cognitivo da criança não trará bons resultados.

Através da teoria de Froebel pudemos perceber a importância do seu trabalho que se faz atual até os dias de hoje e pode servir de ponte de inclusão através da utilização dos jogos, brincadeiras e da ludicidade com os alunos com autismo. Apesar disso, o teórico Froebel não é muito conhecido entre algumas pedagogas atuantes e até estudantes universitárias, bem como a diversidade de teóricos da educação não são utilizados com o rigor metódico necessário o que pode resultar numa prática fragilizada.

Enfim, é preciso discutir os teóricos da educação de modo mais sistemático na universidades para as profissionais se apropriar de modo mais seguro de suas obras, nesse aspecto temos o exemplo do grupo de estudo formado pela Dr^o prof^o Janine Marta Coelho Rodrigues sobre os teóricos da educação onde publicaram o livro “Um passado sempre presente no fazer pedagógico” que elenca o seguinte objetivo “(...) resgatar a partir de discussões nas reuniões do nosso grupo de pesquisa, pensadores da educação e constatamos que suas ideias advindas de propostas e práticas pedagógicas podem ser consideradas ainda atuais. Tais ideias construíram o ideário da educação.” (Rodrigues e Simões, 2015, p.7) Essa é uma ferramenta que permite difundir os estudos sobre os teóricos da educação além dos muros da universidade e enriquecer a prática pedagógica que pode ser aplicada em diferentes contextos, inclusive a do teórico Froebel.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema de suporte apoio.** In: _____. (Org.). Deficiência intelectual: realidade e ação. São Paulo: SE, 2012. p. 51-63. Disponível em:< <http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/Livro%20DI.pdf>> Acesso em: 28 julho. 2018.

BRANDÃO, Carlos, Paschoal, Jaqueline. **A Criança de seis anos no ensino fundamental: considerações iniciais.** IN: Brandão, Carlos Paschoal, Jaqueline. Ensino Fundamental de nove anos: teoria e prática na sala de aula. – São Paulo: Avaercomp, 2009.

Blog A empreendedora. **Manual Diagnóstico E Estatístico De Transtornos Mentais 5ª Edição DSM-5.** Disponível em:< <https://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%C3%B3stico-e-Estat%C3%ADstico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5.pdf>> Acesso em 08 de Julho de 2018.

CÉSAR, M., (2003). **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos.** In D. Rodrigues (org.), Perspectivas sobre a Inclusão. Da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** In: CHARLOT Bernard - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013. - (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, I. (2006) Mediação em educação em Portugal - contextos e práticas. In Actas do XV Colóquio Nacional da AIPELF/AFIRSE, Lisboa, Fevereiro de 2005, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015). **Resultados Finais do Censo Escolar 2015 – Paraíba Número de Matrículas.** Disponível em: < <http://matricula.educacenso.inep.gov.br/controller.php>> Acesso em 14 de março de 2018.

RODRIGUES, Janine Martha Coelho. **A criança autista: um estudo psicopedagógico.** / Janine Martha Coelho Rodrigues, Eric Spenecer -2 Ed. Rio de Janeiro: wak editora, 2015.

RODRIGUES, Janine Martha Coelho, SIMÕES Mara Leite. **Um passado sempre presente no fazer pedagógico.** Organizadoras- João Pessoa: Fox editora, 2015.

Portal Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 14 de março de 2018.

_____. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais 1994**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>Acesso em: 20 de setembro de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996)**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes> Acesso em 14 de março de 2018.

_____. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. (2010) Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192> Acesso em 16 de outubro de 2018.

_____. **Resolução Nº 4, De 2 De Outubro De 2009**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2018.

Portal Planalto do governo. **Lei Nº 7.853, DE 24 DE Outubro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso em 14 de março de 2018.

SILVA, Ana Beatriz B. (Ana Beatriz Barbosa) **Mundo Singular: entenda o autismo** / Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayara Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. – Rio de Janeiro: objetiva, 2012.

UNESCO – Brasil (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**. Disponível em; <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em 14 de março de 2018.

b

APÊNDICE

APÊNDICE A- ENTREVISTA COM AS PEDAGOGAS

ANO: _____ Turno: _____

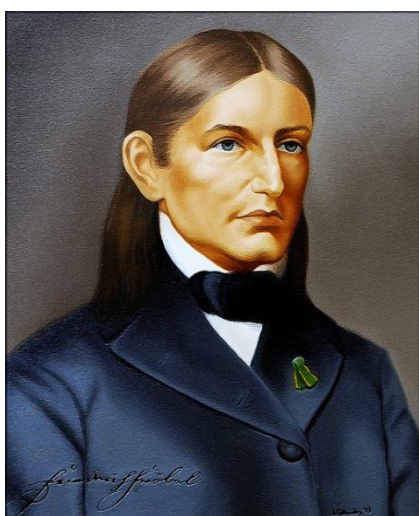
Quantidade de alunos/as com autismo na sala de aula regular: _____

Quantidade de alunos/as com autismo atendidos na sala de AEE: _____

- 1- Qual a sua formação? O que fez optar por essa opção?
- 2- Quais são as condições de trabalho? (**Formação continuada, recursos materiais, espaço físico, tempo para preparação e correção de material e atendimento individual aos alunos, condições salariais**)
- 3- O que você entende por educação especial?
- 4- Qual a sua opinião sobre a sala de AEE?
- 5- Qual a percepção sobre a inclusão escolar do(a) aluno(a) com deficiência especificamente do autista na sala de aula regular?
- 6- Qual a sua relação com os responsáveis do aluno/a com autismo?
- 7- Você tem como embasamento da sua prática que tipo de pedagogia? (**Construtiva, dialógica, Paulo freire etc**). Destaca algum teórico da educação que se baseia?
- 8- Há momentos de planejamento específico em consonância entre a sala de AEE e a sala de aula regular? (**Assuntos que a professora está trabalhando são abordados na sala de AEE**) Como?
- 9- Você já ouviu falar ou estudou o teórico da educação Froebel? faz o uso de algum método dele em suas aulas?

- 10- Froebel foi um educador alemão o criador do jardim de infância, ele acreditava que o aprendizado depende dos interesses de cada um e se faz por meio da prática. Defendia a educação na infância e associava a formação da criança a uma semente que, tem suas fases e necessidades específicas para se desenvolver. Assim, pensando na criança autista qual a sua opinião a respeito? **(Por exemplo geralmente o autistas apresentam interesses específicos por algo, então seria possível investir na sua educação através dos jogos na prática? Como?)**

APÊNDICE B- INFORMATIVO SOBRE FROEBEL



Friedrich Wilhelm August Froebel
(21 de abril de 1782 — 21 de junho de 1852)

A TEORIA DE FROEBEL

O alemão Friedrich Froebel (1782- 1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas – ideia hoje consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor. As técnicas utilizadas até hoje em Educação Infantil devem muito a Froebel. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem. Não são apenas diversão, mas um modo de criar representações do mundo concreto com a finalidade de entendê-lo. Froebel desenhou círculos, esferas, cubos e outros objetos que tinham por objetivo estimular o aprendizado. A criança, segundo o educador, trazia em si a semente divina de tudo o que há de melhor no ser humano. Cabia à educação desenvolver esse germe e não deixar que se perdesse.

Disponível em: <<file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/froebel.pdf>>

❖ **Gostaria de obter dicas de jogos educativos? Acesse:**
<<https://novaescola.org.br/guias/1427/jogos>>

❖ **Indicação de livros sobre: - Froebel – Autismo**

RODRIGUES, Janine Martha Coelho. **A criança autista: um estudo psicopedagógico.** / Janine Martha Coelho Rodrigues, Eric Spenecer -2 Ed. Rio de Janeiro: wak editora, 2015.

RODRIGUES, Janine Martha Coelho, SIMÕES Mara Leite. **Um passado sempre presente no fazer pedagógico.** Organizadoras- João Pessoa: Fox editora, 2015.



A pedagogia dos jardins-de-infância.

**(...) a qual constitui a semente do bem,
a semente de tudo o que de mais nobre
existiria no ser humano.**

